

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA

Orgão criado pela Lei Municipal Nº 1.440, de 04 de Marco de 1994.

ANO XIX - Nº 1909 - CADERNO ÚNICO

PARNAÍBA - PIAUÍ - QUINTA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 2017

# **SUMÁRIO** DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO ----



PORTARIAS ---

INEDITORIA ----

# ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA GABINETE DO PREFEITO



PORTARIA Nº 1.310/2017, de 24 de julho de 2017.

Provimento para cargo em Comissão Estrutura Organizacional e Administrativa da Prefeitura Municipal de Parnaíba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARNAÍBA, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 103, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

Art. 1°. Nomear, PAULA THAYSE LOUZEIRO OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 027.997.843-05 e do RG nº 2.703.346 - SSP/PI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Eventos e Atividades Culturais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão/SEGES -Superintendência Municipal de Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir de 01 de junho de 2017

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parnaíba(PI), 24 de julho de 2017

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Francisco de Assis de Moraes Souza Prefeito Municipal



### ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA GABINETE DO PREFEITO



PORTARIA Nº 1.319/2017, de 26 de julho de 2017.

Provimento para cargo em Comissão Estrutura Organizacional e Administrativa da Prefeitura Municipal de Parnaíba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARNAÍBA, Estado do Piauí, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 103, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º. Nomear, RAIMUNDO NONATO GONÇALVES DE SOUSA portador(a) do CPF nº 375.068.543-68 e do RG nº 1.357.351 - SSP/PI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Eventos e Atividades Culturais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão - SEGES/ Superintendência Municipal de Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir de 01 de junho de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Parnaíba(PI), 26 de julho de 2017

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Francisco de Assis de Moraes Souza Prefeito Municipal

## DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2017 PROCESSO Nº 15608/2017

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL IMPUGNANTE: PINDORAMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA IMPUGNADO: MUNICIPIO DE PARNAÍBA - PI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PARNAIBA-PI.

#### I - RESUMO DOS FATOS

Trata ao processo licitatório Pregão Presencial nº 070/2017 de certame que objetiva a formalização de ata de registro de preços com vistas à contratações de empresa especializada no fornecimento Trata ao processo licitatório Pregão Presencial nº 070/2017 de certame que objetiva a formalização de ata de registro de prepos com vistas à contratações de empresa especializada no fornecimento de Produtos Alimentícios para atender as necessidades do Município de Parnatha-Pi. "Logo, se evidencia, claramente, que a cláusula 4.5, restringe, inegavelmente, o caráter competitivo que deve nortear o certame licitatório e, via de consequência, impossibilitara que a Municipalidade obtenha a proposta mais vantajosa. E esplica-se ainda tal exigência, por força do item 01 (alcance) da Resolução 216/2014 da Agência Nacional da Vigilância Samitária, deve ser aplicada, ido somente, quando o objeto tratar-se de produtos preparados e/ ou manipulados, o que não corresponde ao objeto desse certame licitatório."

É o relatório;

2 - ANÁLISE DO RECURSO

Para assegurar igualdade de condições a todos aqueles que queiram contratar com o Poder Público, a Constituição Federal de 1988 trouxe no inciso XXI do art. 37 a previsão legal obrigando que as obras, serviços, compras e alienações públicas sejam feitas através de processo

Esta previsão constitucional foi regulamentada pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Geral da Licitação e Contratos Administrativos e, posteriormente, pela Lei nº 12.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação Pregão;

Licitação é um procedimento que destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada obedecendo os princípios básicos, previstos no art. 3º da Lei de Licitações, quais sejam: Legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade, publicidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório:

No caso ora analisado, embora a municipalidade resguardando todas as premissas que



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



nortejam os procedimentos licitatórios, inclusive, no edital do certame, a que todos os cidadãos e licitantes que não concordem com as cláusulas editalícias possam apresentar impugnação aos itens que entendam estarem em desarmonia, em desacordo com o objeto do certame.

O presente edital foi elaborado tomando por base a legislação vigente que concerne Registro de Preço para eventual Aquisição de Produtos Alimentícios para Atender as necessidades do Município de Parnaíba-Pi, conforme condições, quantidades, exigências, e estimativas estabelecidas nesse instrumento no termo de referencia.

A Administração Pública tem o dever de tomar os cuidados para o procedimento licitatório, especial quando feito para ramos de alimentos, regido por lei especial, onde há rigorosa fiscalização pelos órgãos de controle.

Cumpre-se mencionar que este Municipio realizou um certame Pregão Presencial de nº 62/2017, com o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS A SEREM UTILIZADOS EM PROGRAMA DENOMINADO "SOPÃO", PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA (PI), com as mesmas exigências estabelecidas no Edital, o que não houve impugnações e tramitou de forma legal sem prejuízo ao certame, tendo em vista a participação de mais de 3 empresas, e somente uma não apresentou a Declaração.

A Impugnante se insurge contra as regras desse procedimento licitatório que deve apresentar Declaração do Programa Alimento Seguro- PAS em consonância com resolução 38/2009 art. 25 FNDE; Resolução 216/2004-ANVISA e Lei Federal 11.346/06, que deverá ser inserida no Envelope nº 01.

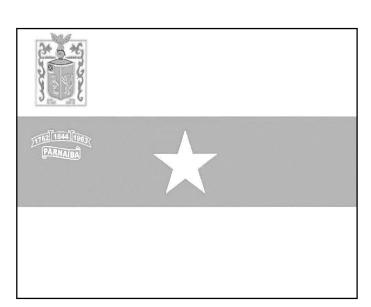
Diante de todo o exposto, CONHEÇO do presente recurso interposto pelo impugnate para no mérito IMPROVÊ-LO quanto a alegação arguida, mantendo o edital na sua integralidade.

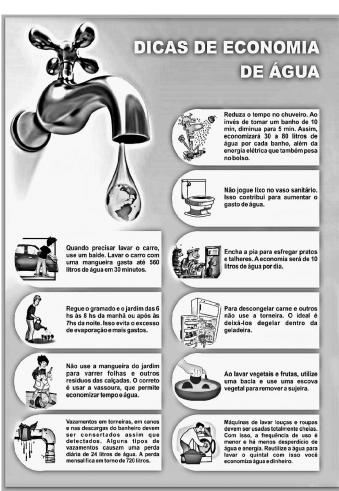
Em virtude da improcedência da impugnação, que o presente pregão siga todo seu trâmite legal.

> Parnafba - PI, 26 de Julho de 2017. HYANARA DE FATIMA SABOIA DE SOUZA Pregoeira

## **INEDITORIA**

Eu, Davi Junio Pereira da Silva, portador do CPF 024.636.593-51 e RG 2006009176195 SSP-CE, resido no endereço Br 343, nº 4695, Bairro Catanduva, Cep 64200-011, Parnaíba-PI, torna publico que requereu da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Parnaíba – SEMMA a Licença Previa(LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação(LO). Localizada no Porto do Conrado, Rosapolis, s/n , Bairro Igaraçu, Parnaíba - PI, para Extração de Areia situada em uma área de 4,04 hectares.







# ESTADO DO PIAUÍ

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA

## DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA

Orgão destinado a divulgação dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo deste município e de outros assuntos de interesse público. Criado pela Lei Municipal nº 1.440, de 4 de março de 1994. Responsáveis: Carlos Eduardo Pinheiro Araripe (Secretário de Governo) Fábio Silva de Sousa (Diretor de Documentos Oficiais - SEGOV)

#### Adalgisa Carvalho de Moraes Souza Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania

Carlos Eduardo Pinheiro Araripe Secretário de Governo

Ricardo Viana Mazulo

Procurador Geral do Município

João Rocha de Oliveira Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Parnaíba - IPMP

Israel José Nunes Correia Secretário da Chefía de Gabinete

Gil Borges dos Santos Secretário da Secretaria Municipal de Fazenda

> Roger de Carvalho Correia Jacob Secretário de Educação

> > Valdir Aragão Oliveira

Paulo Eudes Carneiro Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

José Bernardo Pereira da Silva

Maurício Pinheiro Machado Júnior tário de Transporte, Trânsito e Articulações com as Forças de Segurança

Anísio Almeida Neves Neto Superintendente de Planejamento

Charles de Melo Pires Júnior Superintendente de Turismo

Carlos Teófilo de Carvalho Lima

Maria das Graças de Moraes Souza Nunes rutura, Habitação e Regularização Fundiária

> Anísio Almeida Neves Neto Secretário Interino de Gestão

Controlador Geral do Município

Onofre Martins de Souza Filho Secretário de Projetos Especiais e Desenvolvimento Econômico

Maksuel José Gomes Brandão Secretário de Esporte e Lazer

Marcus Vinicius do Carmo Ferreira Diretor Geral da Escola Parnaib de Administração Publica

Abdon Teixeira

Presidente da Agência de Regulação de Serviços Públicos - ASERPA

Marcela da Conceição Sousa Braz Ribeiro Gestora da Central de Licitação e Contratos Administrativos - CLCA



